

 editora ifg

 Editora IFPA



NORTE



REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

5

org.
Raimundo Pacheco
Ana Carolina Marçal
Gleice Bittencourt
Jessica Rejane Lima
Olliver Mariano Rosa

TENHO A SATISFAÇÃO DE celebrar a publicação do livro Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil, em cinco volumes, correspondentes a cada região do país. Trata-se de um conjunto de capítulos sobre a trajetória institucional, organizacional e pedagógica dos 38 Institutos Federais, dos dois Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, com o objetivo de divulgar a história dessas instituições. O acontecimento se reveste de grande relevância para a história da educação profissional e tecnológica no Brasil e para a história da educação em geral. As instituições que compõem a Rede Federal e seus integrantes – dirigentes, professores, funcionários, alunos, pais de alunos – podem se orgulhar desta publicação que comemora uma trajetória centenária de contribuição para a formação científica, tecnológica e profissional de trabalhadores para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A oportunidade desta publicação é evidente num momento em que a história da educação profissional e tecnológica, tendo em conta as reconfigurações institucionais ocorridas ao longo de sua história (escolas de aprendizes artífices, liceus profissionais, escolas industriais e técnicas, escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas,

da publicação

 editora ifg

 Editora IFPA



NORTE

5

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

org.

**Raimundo Pacheco
Ana Carolina Marçal
Gleice Bittencourt
Jessica Rejane Lima
Olliver Mariano Rosa**

ISBN 978.85.67022.90-1

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição –
Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Brasil.



R335	<p>Região Norte/ Organização: Raimundo Adalberto Pacheco de Pinho... [et.al.] – Goiânia: Editora IFG; Belém: Editora IFPA, 2024.</p> <p>271 p.: il. color - (Coleção Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil; v.5 / Organização: Olliver Mariano Rosa).</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>ISBN (E-book): 978.85.67022.83-3 ISBN (Impresso): 978.85.67022.84-0</p> <p>1. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – História. 2. Educação profissional e tecnológica – Expansão. 3. Institutos Federais. I. Título. II. Coleção. III. Pinho, Raimundo Adalberto Pacheco de (org.).</p> <p style="text-align: right;">CDD 378.013</p>
<p>Catálogo na publicação: Maria Aparecida Rodrigues de Souza – CRB/1-1497</p>	

SUMÁRIO

Apresentação da coleção	5
Prefácio	19
Apresentação	23
1. Instituto Federal do Acre	29
Um olhar sobre 14 anos de história	
ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS HENRY ANTÔNIO SILVA NOGUEIRA	
2. Instituto Federal do Amazonas	42
Uma instituição que desbrava o Amazonas	
MARIA STELA DE VASCONCELOS NUNES DE MELLO GYOVANNI AUGUSTO AGUIAR RIBEIRO MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA LETÍCIA ALVEZ DA SILVA	
3. Historicidade e institucionalidade	62
Do Instituto Federal do Amapá	
DARLENE DO SOCORRO DEL-TETTO MINERVINO LUCIANA CARLENA CORREIA VELASCO GUIMARÃES ROMARO ANTONIO SILVA	
4. Instituto Federal do Pará	87
Aspectos Históricos	
RAIMUNDO NONATO DE CASTRO GLEICE IZAURA DA COSTA OLIVEIRA ROSEMERI SCALABRIN	
5. Aproximações com a história	114
Do Instituto Federal de Rondônia	
XÊNIA DE CASTRO BARBOSA LEDIANE FANI FELZKE MAURO HENRIQUE MIRANDA DE ALCÂNTARA	

6. Instituto Federal de Roraima

144

Memórias e relatos – o percurso da instituição

MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA
AMARILDO FERREIRA JUNIOR
EDVALDO PEREIRA DA SILVA
LEILA MARCIA GHEDIN
SILVANA MENEZES DA SILVA

7. A educação profissional e tecnológica

160

No contexto tocantinense – cenário, história e perspectiva

MARCELO RYTHOWEM
KHELLEN CRISTINA PIRES CORREIA SOARES
MARY LÚCIA GOMES SILVEIRA DE SENNA
RIVADAVIA PORTO CAVALCANTE
WEIMAR SILVA CASTILHO

Catálogo Fotográfico

185

Prévia da publicação

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

“O QUE VALE NA VIDA NÃO É O PONTO DE PARTIDA E SIM A CAMINHADA.
CAMINHANDO E SEMEANDO, NO FIM TERÁS O QUE COLHER”

Cora Coralina

De epígrafe a esta apresentação são feitos os versos finais do poema “Meu melhor livro de leitura”, da poeta goiana Cora Coralina.¹ A travessia pelas páginas de um livro como uma experiência de transformação é o que esperamos oferecer aos leitores e às leitoras com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*. Contudo, não nos cabe limitar a reflexão apenas ao otimismo esperançoso de sonhos de um futuro verde, sobretudo quando a vegetação perde vitalidade sob pilhas e pilhas de folhas de papel, tornando-se inócua à medida que esquece seu propósito, como acusa Bernardo Élis, outro autor goiano (e ex-professor da Escola Técnica de Goiânia), em seu “Poema burocrático do Dia da Árvore”: “E na terra cansada de ser inculta/ plantaram árvores cansadas de ser inúteis.”² Para que esse cansaço não assuma lugar de regra, a reflexão crítica sobre o passado deve ser uma constante de modo que o plantio no presente rejeje o caminho da lavra e lance com mais zelo as sementes ao solo.

Sob a inspiração da poesia, entregamos ao público leitor estes cinco volumes sobre a história das instituições que compõem uma rede tecida por milhares de histórias pessoais e profissionais de servidores/as técnicos/as e docentes, bem como de estudantes de, pelo menos, uma dezena de gerações.

1 CORALINA, C. Meu melhor livro de leitura. In: CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: minhas confissões de Aninha*. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. p.54-55.

2 ÉLIS, B. Poema burocrático do Dia da Árvore. In: ÉLIS, B. *Primeira chuva*. Goiânia: Ed. IFG, 2021. p.85.

Certamente, houve tempo para que a sementeira se erguesse em troncos de árvores plantadas na extensão de norte a sul de nosso país. Essa referência vegetal se apresenta nas capas de cada volume: no primeiro, da Região Sudeste, aparece o jequitibá-rosa, considerado a maior árvore nativa do país; no segundo, da Região Centro-Oeste, o ipê-amarelo, cuja floração se apruma durante os períodos de maior secura; no terceiro, da Região Nordeste, o juazeiro, a lembrar sua presença marcante na cultura popular nordestina; no quarto, da Região Sul, a araucária e sua sobrevivência ante as ameaças de extinção; no quinto, da Região Norte, a samaumeira, chamada a “árvore da vida”. O porte, a resistência às adversidades, a inserção sociocultural, a resiliência e a vinculação com o mundo vivencial de várias populações poderiam ser algumas das características atribuídas à Rede por meio dessa metáfora arbórea. Para a numeração dos volumes, a princípio, seria seguida a ordem alfabética das regiões, mas, como o título coloca em destaque a longevidade da Rede em quase dois séculos de atividade, ou seja, de 1837 a 2024, ressaltou-se o valor dessa cronologia, dispendo o Sudeste no início, com a abertura do Colégio Pedro II, e, ao final, o Norte, onde estão localizadas algumas das instituições mais jovens. Essa ordenação também se orienta pela gradação de cores das capas, que, como concebidas pelo programador visual Pedro Carvalho, harmoniza-se à luz dos matizes do arco-íris.

A motivação inicial para a proposição deste ambicioso projeto editorial ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) foi a comemoração dos 115 anos das instituições que têm setembro de 1909 (um começo primaveril) como marco de sua criação – o qual se estende às demais por se considerar referência do primeiro esforço de estabelecer uma rede nacional para ofertar educação pública. A partir dessa motivação, constituíram-se os objetivos da coleção tanto divulgar uma história centenária tão influente nos rumos do desenvolvimento socioeconômico de nosso país quanto apresentar as peculiaridades da atuação das instituições em seu contexto local e regional, contribuindo, assim, para a construção das identidades institucionais por meio de pesquisas, documentos e registros fotográficos, de modo a consolidar uma fonte bibliográfica em que se reflita a multiplicidade da trajetória da Rede Federal. A proposta de publicação foi aprovada em plenário na 130ª Reunião Ordinária do Conif em janeiro de 2024, para lançamento durante a 48ª

Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec).

Esta coleção se materializa graças a um efetivo trabalho em rede, uma vez que uma publicação com abrangência nacional não poderia se concretizar em tão pouco tempo (de janeiro a outubro de 2024) se não pelo esforço coletivo. De uma parte, sete editoras assumem a organização: a Editora do Instituto Federal de Goiás se reúne em parceria de coedição com as editoras do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Espírito Santo para organizar o volume sobre as doze instituições do Sudeste; do Instituto Federal Goiano, para o livro sobre as cinco instituições do Centro-Oeste; do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal da Paraíba, para o trabalho sobre as onze instituições do Nordeste; do Instituto Federal Sul-rio-grandense, para as seis instituições do Sul, e do Instituto Federal do Pará, para as sete instituições do Norte. De outra parte, mais de 140 autores e autoras, servidores/as docentes e técnicos/as, ativos/as e aposentados/as, se incumbem da tarefa desafiadora de apresentar em pouco mais de duas dezenas de páginas a trajetória histórica das instituições onde trabalham ou trabalharam.

A preocupação com a narrativa histórica dessa trajetória foi sinalizada em 2009 durante as comemorações do centenário da Rede, que contaram com vários eventos, como o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (de 23 a 27 de novembro de 2009), a Mostra Fotográfica Itinerante (entre 2009 e 2010), os Jogos Estudantis da Rede Federal (2010), o Festival de Arte e Cultura da Rede Federal (2010) e a publicação pela editora do Instituto Federal de Brasília do volume *Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Houve também celebrações em 2019, quando se completaram 110 anos. Nas duas ocasiões, foram criados selos comemorativos que marcaram a importância desses aniversários como ocasião para mostrar à sociedade a presença longa dessas instituições na história de nosso país, o que se repetiu com os festejos dos 115 anos. Um dos legados de tais comemorações é o portal eletrônico com uma apresentação gráfica de pontos principais do passado e do presente da Rede, mantido pelo Conif.

A essas iniciativas se reúnem pesquisas e publicações acerca tanto dos percursos individuais de cada instituição quanto das configurações da educação profissional ao longo do último século e das duas primeiras décadas

do século XXI. De uma parte, pode-se exemplificar com obras como a coleção *Instituto Federal de Goiás: história, reconfigurações e perspectivas* e os livros: *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*; *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*, sobre a instituição em Pelotas/RS; *Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*; *A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da escola de aprendizizes artífices ao instituto federal [do Espírito Santo]*; *IFRN: 10 anos de criação em mais de um século de história*. A essas obras se somam vários artigos e livros sobre aspectos políticos, educacionais e sociais da educação profissional no Brasil, como é o caso de referências importantes como os títulos de prefaciadores/as da coleção: *Saberes e experiências em Educação Profissional e de Jovens e Adultos: a construção do conhecimento no Proeja Amazonas* (2010), organizado por Ana Cláudia Souza e Euzeni Trajano; *Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional* (2013), de Dante Moura; *História e política da educação profissional* (2014), de Marise Ramos; *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional* (2015), de Maria Ciavatta; *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (2023), de Eliezer Pacheco, e *Perspectivas da Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia* (2023), organizado por José Pinheiro e José Cavalcante. A palavra deles/as refloresce as narrativas históricas presentes nestas páginas.

Nesse esforço de mapear publicações sobre a construção progressiva da Rede Federal ao longo de sua existência, é possível encontrar históricos institucionais por meio de busca na internet, mas o acesso a eles não é facilitado para o público em geral. Além de estarem dispersos nos vários portais oficiais, por vezes, esses históricos não se encontram ostensivos – quando, por exemplo, aparecem apenas na página dos câmpus mais antigos – e, com frequência, os dados apresentados neles se resumem a pontuar as mudanças pontuais em denominações ou a mencionar a legislação principal de constituição histórica da Rede. Falta, assim, uma publicação em que a história particular de todas as instituições possa ser conhecida para além da visão panorâmica que transita entre os marcos das escolas de aprendizizes artífices, dos liceus profissionais, das escolas industriais e técnicas, dos patronatos e colégios agrícolas, das escolas agrotécnicas, dos centros federais de educação tecnológica e, por fim, dos institutos federais, incluindo nesse conjunto o Colégio

Pedro II. Essa medida se faz necessária ainda a fim de demonstrar a urgência urgentes de medidas para estudo, catalogação documental, conservação e comunicação da memória dessas instituições, o que está patente em iniciativas mais bem estabelecidas, como as observadas no Memorial do Instituto Federal do Ceará – Dr. Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe, no Centro de Memória do Instituto Federal do Instituto Federal de Minas Gerais e no Núcleo de Memória do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, exemplos a serem replicados por todo o país a fim de que a sociedade tenha mais uma entrada no ecossistema da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que foi instituída com essa nomenclatura há pouco mais de 15 anos.

Em dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu a Rede Federal, por meio da reunião das 41 instituições cuja história é apresentada nesta coleção: os 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e o Colégio Pedro II. A elas se somam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, cuja organização obedece a princípios específicos. No artigo 5º dessa lei, apresenta-se a origem dos IFs, que se constituem a partir de dois processos: (1) da transformação de uma única instituição ou (2) da integração de duas ou mais instituições. Tais processos envolveram 31 centros federais de educação tecnológica, 75 unidades de ensino descentralizadas, 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades. Nesse conjunto, além do Colégio Pedro II, que está em atividade desde 1837, há outras instituições cuja história remonta ao século XIX, como o Instituto Federal do Paraná, que se origina da Escola Alemã criada em Curitiba/PR em 1869,³ e o Instituto Federal Baiano, que mantém em sua constituição a área da Fazenda Modelo de Criação, vendida ao governo da Bahia em 1897 e federalizada em 1918.⁴ Ao mesmo tempo, há o caso do Instituto Federal do Acre, que teve sua criação como escola técnica federal autorizada em 2007, mas que foi de fato implantado já como instituto federal,

³ IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Linha do tempo*. Curitiba: IFPR, 2023. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/historia/linha-do-tempo/> Acesso em: 15 jul. 2024.

⁴ IFBAIANO (Instituto Federal Baiano). *Histórico*. Catu: IFBaiano/Câmpus Catu, 2011. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/historico/> Acesso em: 15 jul. 2024.

iniciando suas atividades em 2010. Assistimos, portanto, a uma diversidade de cronologias entre as instituições que se reconfiguraram para dar lugar à Rede, que, com uma diversidade similar à da flora brasileira, assomou-se à constituição de conjunto, sem, contudo, eliminar os matizes e as texturas das vegetações próprias de cada ecossistema local e regional.

A diferença temporal existe mesmo entre aquelas escolas que compuseram a primeira configuração de um sistema educacional nacional na primeira década do século XX. Em 23 de setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, determinou, por meio do Decreto n. 7.566, que fossem criadas 19 escolas de aprendizes artífices (EAA), uma em cada capital estadual da época, as quais estariam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De acordo com Soares,⁵ a efetiva implantação das escolas aconteceu somente em 1910 entre 1º de janeiro, nos estados de Piauí, Goiás e Mato Grosso, e 1º de outubro, no Amazonas. A diferença de dias ou de meses nesse processo inicial de implantação sinaliza para a singularidade local das trajetórias dessas instituições congêneres, o que denota a tão frequente divergência entre as diretrizes legais no campo educacional brasileiro e sua aplicação no chão da realidade. Além da diversidade na temporalidade real de funcionamento das escolas, há duas exceções quanto ao projeto político de vinculá-las às capitais estaduais: no Distrito Federal, Rio de Janeiro, a instituição foi sediada em Campos, cujo prefeito articulou a doação de um prédio na cidade, o que não foi feito pelo presidente do estado à época, que afirmou não haver disponibilidade na então capital, Niterói; no Rio Grande do Sul, também não foi instalada uma unidade da EAA, porque já havia em Porto Alegre o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia (mais tarde, Instituto Parobé), que, no entanto, passou a receber subvenção do governo federal por meio do Decreto n. 9.070, o qual, em 1911, aprovou um novo regulamento para as escolas criadas dois anos antes.⁶ As bifurcações dos galhos começaram a ressurgir antes mesmo de se erguer em corpo o caule em rede.

Depois desse regulamento de 1911, houve outro em 1918, que instituiu outras diretrizes a serem seguidas pelas EAAs, modificando, entre

⁵ SOARES, M. J. A. As escolas de aprendizes artífices – estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982.

⁶ CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

outros aspectos, a faixa etária dos educandos. Apesar de serem regidas por uma regulamentação comum, o que era um acontecimento diferencial na organização da educação pública no país, as escolas adquiriram feições específicas de acordo com as demandas de cada contexto. Por exemplo, havia no decreto de criação a indicação de que deveriam ser definidas até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, buscando consultar as especialidades das indústrias locais: segundo Cunha,⁷ praticamente todas ministravam carpintaria, a maioria incluía sapataria e alfaiataria, mas eram poucas as que ofereciam a formação que mais se ajustaria ao pretense fomento à incipiente industrialização com os ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade, como se viu na unidade de São Paulo. O regramento geral se ajustou, portanto, ao cultivo próprio das realidades de um país com muitas desigualdades, especialmente no que diz respeito às atividades produtivas locais e regionais. E a seara dos cursos semeou novas culturas ou foi por elas semeada à medida que se modificaram as demandas políticas, econômicas, sociais e, por extensão, educacionais, o que se traduziu, no campear das décadas, na transição do nível primário para o secundário, nas diferentes configurações do ensino técnico de nível médio, na formação de mestres de oficina e professores, na oferta de engenharias e cursos superiores de tecnologia, na ampliação da atuação das instituições na graduação e na pós-graduação e, mais recentemente, na criação de bacharelados e licenciaturas, bem como de mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos, alguns deles desenvolvidos em rede ou em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Esta é uma aragem profícua para estudo.

Os anos 1920 marcaram a rede em gestação por esforços de reestruturação a fim de garantir às EAAs condições adequadas para seu funcionamento em atenção à demanda do incipiente setor industrial brasileiro.⁸ A função assistencialista das escolas, direcionadas para a formação técnica dos “desfavorecidos da fortuna”, em pouco tempo adquiriria novas conotações por reverberação das mudanças no cenário político-econômico,

⁷ Cunha (2000).

⁸ ASSIS, S. M.; MEDEIROS NETA, O. M.; GONÇALVES, I. A. Das Escolas de Aprendizes Artífices ao ensino técnico industrial (1909-1943). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, p. 1-17 e14026, out. 2022.

que passava a requerer um movimento de industrialização do ensino. Os referidos regulamentos sinalizavam o percurso de reconfigurações que as instituições, tanto as criadas em 1909 quanto as implantadas posteriormente, seguiram ao longo de sua trajetória, decênio a decênio, em razão da reformulação das políticas relacionada à educação profissional e técnica, bem como ao ensino agrícola. As mudanças na formação oferecidas pelas escolas interferiam também no perfil do alunado recebido à sombra de suas copas, a idade, a instalação em regime de internato e, em um ponto de inflexão sociocultural, a liberação do acesso ao público feminino.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o sistema federal das escolas de aprendizes artífices deixou de estar sob a gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que, como revela Cunha,⁹ apontou para um novo projeto político educacional instalado no Brasil a partir da Revolução de 1930, com um alcance nacional mais efetivo. Em 1935, Francisco Montojos, titular da então recém-criada Superintendência de Ensino Industrial, curiosamente em resposta a um encaminhamento do poeta Carlos Drummond de Andrade, na época chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema, descreveu as condições estruturais das EAAs e discriminou as pedras no caminho da remodelação de seus edifícios. Em documento posterior, Montojos anunciou a construção de novos prédios em Piauí, Paraná e Pernambuco.¹⁰ Muitas dessas edificações, das quais há registros em vários dos capítulos a seguir, tornaram-se patrimônios arquitetônicos inseridos na paisagem das cidades, como um museu aberto, um museu vivo, habitado por uma história em processo.

Em 1937, com o estabelecimento de uma nova organização para o recém-criado Ministério da Educação, algumas das instituições passaram a ser liceus industriais. Apesar de essa nova disposição ter vigorado pouco, jornais de Santa Catarina, por exemplo, não demoraram a noticiá-la. Em Goiânia, a designação de liceu existiu apenas em documentos e jornais, visto que a inauguração da instituição na nova capital de Goiás aconteceu em 1942 já com a outra nomenclatura, sob a égide do Decreto-Lei n.

⁹ Cunha (2000).

¹⁰ MONTOJOS, F. *Ofício n. 3713, de 5 de novembro de 1935*. Rio de Janeiro: Superintendência do Ensino Industrial, 1935. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_G&pasta=GC%20g%201935.0&pagfis=26 Acesso em: 30 jul. 2024.

4.127/1942, que estabeleceu uma nova organização para a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, constituída por escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem. Esse decreto instituiu unidades escolares em todo o país: nove na Região Sudeste – Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Darcy Vargas, Escola Técnica de Química, Escola Industrial de Fiação e Tecidos, no Rio de Janeiro/RJ; Escola Nacional de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto/MG; escolas técnicas em Vitória/ES, Niterói/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG (estas três últimas foram implantadas, a princípio, como escolas industriais); nove na Região Nordeste – escolas técnicas em São Luís/MA, Recife/PE e Salvador/BA (esta teria seu funcionamento condicionado à construção da sede) e escolas industriais em Teresina/PI, Fortaleza/CE, Natal/RN, João Pessoa/PB, Maceió/AL e Aracaju/SE; três na Região Sul – escolas técnicas em Curitiba/PR e Pelotas/RS e industrial em Florianópolis/SC; duas na Região Centro-Oeste – a Escola Técnica de Goiânia/GO e a Escola Industrial de Cuiabá/MT – e duas na Região Norte – a Escola Técnica de Manaus/AM e a Escola Industrial de Belém/PA. As folhagens da Rede cresciam pelos céus brasileiros.

Em 1959, a Lei n. 3.552 estabeleceu uma nova organização escolar e administrativa para os estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, transformando-os em autarquias. Nesse mesmo ano, o Decreto n. 47.038, que regulamentou essa modalidade de ensino, listou as 23 unidades que constituíam a Rede Federal, pouco se modificando em relação à configuração vigente desde os anos 1940. Mais que a letra da lei, em um fato notório aflorou mais concretamente o funcionamento em rede dessas instituições em diferentes dimensões, inclusive na articulação política de seus estudantes, que, em maio daquele ano, promoveram uma greve nacional com a adesão de várias escolas a fim de reivindicar a exoneração de Montojos do comando da pasta do ensino industrial em prol do desenvolvimento do ensino técnico-industrial do país, como registra notícia do *Diário de Pernambuco*.¹¹ Além de mostrar um movimento de integração multi-institucional favorecido pela constituição comum das escolas, esse evento revelou um

¹¹ ESTUDANTES técnicos industriais decretaram greve em todo o país. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 119, p. 9, 26 maio 1959. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/029033_13/56609 Acesso em: 10 ago. 2024.

aspecto da formação profissional do corpo estudantil, a qual ultrapassava e ultrapassa o atendimento ao mercado de trabalho, na medida em que engendrava e engendra, retomando as palavras de Bernardo Élis, muito mais que “alunos cansados fazedores de deserto”.

A dimensão federal das escolas técnicas foi confirmada em seu nome em 1965 com a Lei n. 4.759. Os diferentes nomes das instituições também participam do feito memorialístico. A designação de escolas técnicas e agrotécnicas federais foi a que vigorou por mais tempo, o que por certo criou uma identidade institucional com as gerações de estudantes que nelas se formaram e que perguntam quando ouvem sobre algum IF: “é a antiga escola (agro)técnica?” Entre as 41 instituições, apenas o Cefet/RJ guarda em sua identificação a homenagem a um servidor, o professor Celso Suckow da Fonseca, que nos legou os cinco volumes fundamentais de *História do ensino industrial no Brasil*. Essa nomeação, concedida em 1967, manteve-se mesmo quando a então Escola Técnica Federal da Guanabara foi transformada em centro federal de educação tecnológica em 1978, pela Lei n. 6.545. A exceção poderia ser a regra, uma vez que, durante todo esse tempo, as instituições resistiram a cenários muitas vezes adversos graças à resiliência de professores e professoras, técnicos e técnicas, gestores e gestoras, cujo trabalho foi indispensável para a construção dessa história e cujo nome poderia ser atribuído a sedes administrativas, auditórios e ginásios, porque o que fizeram não pode e não deve ser esquecido. Todavia, talvez não houvesse fachadas suficientes para homenagear tantos servidores e servidoras que fizeram e fazem acontecer a Rede, à medida que ela estende suas raízes pelas diferentes terras brasileiras.

Nos anos 1980, durante o governo Sarney, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, lançado em 1986, previu a instalação de 200 escolas técnicas – industriais e agrotécnicas –, em acréscimo às 57 existentes, conforme o relatório *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*.¹² Para alcançar essa meta, foi autorizada, por meio Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987, do MEC, a criação de unidades de ensino descentralizadas (Uneds) nas estruturas

¹² BRASIL. *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*. Brasília: Ministério da Educação, 1990. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208_1.pdf Acesso em: 25 ju. 2024.

organizacionais das escolas técnicas federais e nos centros federais de educação tecnológica. Contudo, essa grande expansão, que pode ser considerada a primeira da Rede, foi menos numerosa que a previsão inicial, como se pode verificar da Lei n. 8.670/1993, em que foram criadas a Escola Técnica Federal de Roraima e 9 escolas agrotécnicas federais em 6 estados brasileiros e foram nomeadas apenas 33 uneds, distribuídas em 19 estados. A visada para o passado é indispensável ao mapeamento dos descompassos entre os planos governamentais e sua execução, o que torna fértil o solo para o florescimento de soluções para o futuro.

As escolas agrotécnicas federais possuem percursos ainda mais particulares que as instituições criadas em 1909. Conforme os históricos localizados nos portais institucionais dos IFs que provieram dessas escolas, praticamente em todas as décadas do século XX registra-se a criação de alguma unidade dedicada ao ensino agrícola, para mencionar alguns casos: em 1910, foi criado o Aprendizado Agrícola de Barbacena, na cidade de mesmo nome, e, em 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, em Satuba/AL; em 1923, o Patronato Agrícola Rio Branco, em Manaus/AM, e, em 1924, o Patronato Agrícola São Maurício, em São Cristóvão/SE; em 1941, a Escola Prática de Agricultura, em Santa Teresa/ES, e, em 1943, o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger/MT; em 1954, a Escola Agrotécnica de Crato, e, em 1959, a Escola Agrotécnica Federal de Brasília, em Planaltina/DF; em 1962, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, em Iguatu/CE, e, em 1969, o Ginásio Agrícola Clemente Machado, em Salinas/MG; em 1980, a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, na cidade homônima, e, 1988, a Escola Agrotécnica Marly Sarney, em São Gabriel da Cachoeira/AM; em 1993, como mencionado anteriormente, outras 9 escolas foram criadas; por fim, mais recentemente, em 2007, foi inaugurada uma escola agrotécnica federal em Nova Andradina/MS. Nesse percurso, igualmente secular, várias nomenclaturas foram empregadas, o que refletia mudanças na legislação pertinente a esse ensino e em sua concepção formativa: patronatos e aprendizados agrícolas, escola de iniciação agrícola, escolas agrícolas, escolas práticas de agricultura, ginásios e colégios agrícolas, escolas agrotécnicas. A flora da Rede não se espalhou somente entre os prédios das cidades, mas ocupou igualmente a vastidão dos campos.

Apesar dessa diversidade cronológica e terminológica, houve leis que repercutiram de forma mais abrangente sobre várias dessas instituições,

sinalizando para sua configuração como rede de alcance nacional. Em 1934, o Decreto n. 24.115, de 12 de abril, dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, o que representou a federalização de vários patronatos agrícolas e sua transformação em aprendizados agrícolas. Em 1967, o Decreto n. 60.731, de 19 de maio, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, passando a ser adotada a nomenclatura de colégio agrícola. Em 1993, a Lei n. 8.731, de 16 de novembro, transformou as escolas agrotécnicas federais em autarquias. Um ano depois elas passariam a integrar o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que repercutiu na organização de várias instituições, forjando a conexão de múltiplos biomas, semelhantes em sua diversidade.

A Lei n. 8.948/1994, além de reunir em um mesmo sistema federal escolas técnicas e agrotécnicas, deu início ao processo de “cefetização”, trazendo à cena a institucionalidade dos centros federais de educação tecnológica e uma atuação mais extensiva no ensino superior. Segundo Campello, no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, todas as escolas técnicas federais e dez escolas agrotécnicas tinham se tornado Cefets.¹³ Quando a autora submeteu seu artigo, o governo Lula já havia começado a expansão da Rede Federal, que teve início em 2005 e prosseguiu em 2007 e 2011, com a instalação de várias novas unidades, com foco na periferia dos grandes centros urbanos e nos municípios do interior.¹⁴ No meio da plantação de escolas Brasil adentro, outro processo de transformação da Rede se estabeleceu: a “ifetização”. Como resultado dessa expansão, em 2024 existem 685 unidades, incluindo as vinculadas à Universidade Tecnológica Federal do Paraná e às 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais. Para apresentar essa paisagem atual, incluímos, ao fim de cada volume, um catálogo de registros fotográficos dos câmpus e das sedes administrativas das instituições situadas nas mais diferentes localidades das cinco regiões do país. Estabelece-se um panorama como referência para um marco da história recente: o anúncio em março deste ano de outros 100 câmpus, uma

¹³ CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais-Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007.

¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

maneira simbólica de comemorar o aniversário celebrado em setembro último, abrindo mais uma primavera.¹⁵

Embora no transcurso desses 115 anos haja marcos legais que se referiram às instituições que compunham a Rede Federal em suas diferentes configurações ao longo do tempo, as diretrizes e determinações adquiriram feições peculiares em sua inserção na realidade local e regional. Nos parágrafos anteriores, não fizemos mais que sumariar a localização de onde, gradativamente, foram sendo instaladas unidades que hoje constituem a capilaridade da Rede, a qual afirma sua importância justamente em seu movimento característico de interiorização. Todavia, isso não se desenvolveu de maneira uniforme, uma vez que em cada contexto intervieram influências políticas de diferentes esferas, bem como fatores socioeconômicos e culturais, fazendo com que os processos de implantação fossem mais céleres e consistentes em alguns municípios que outros. Há, portanto, particularidades nesses percursos que merecem ser conhecidas, o que nos esforçamos para compor nesta coleção em poucos meses de um verdadeiro mutirão, que envolveu tanto a elaboração dos textos quanto a seleção de fotos marcantes do passado e do presente de cada instituição, dispostas em belos mosaicos ao fim dos capítulos. As páginas que se somam nesta floresta de palavras e imagens são sementes a serem plantadas por outros/as pesquisadores/as em estudos aprofundados sobre essas memórias, amadurecidas pelo ciclo de outras estações.

Instituições e editoras não se constroem de fato com pedras e papéis, fazem-se, sobretudo, com pessoas, que devem ser nomeadas. Nesta empreitada memorialística, trabalhamos em conjunto com Adonai Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo, Sarah Bertolli, Flávia Arruda, Ana Paula da Cruz, Carla Fiori e Raimundo Pacheco. Nós que assinamos a organização deste trabalho não tivemos tempo para misturar as raízes: “Apenas enlaçamos/ os ramos/ e sonhamos juntos”. Às palavras de Cora Coralina, juntam-se as da paranaense Helena Kolody para dizer melhor da matéria que brota nestas ou destas folhas.¹⁶ Esse sonho, contudo, não foi confabulado pelo sono, mas

15 BRASIL. Ministério da Educação. MEC celebra 115 anos da Rede Federal. *Notícias*, Brasília, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/mec-celebra-115-anos-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

16 KOLODY, H. Nós. In: KOLODY, H. *Viagem no espelho e vinte e um poemas inéditos*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33.

pelo labor do cultivo que se quer colheita, como se seguissemos o conselho do poeta amazonense Thiago de Mello: “Não vinga o sonho da folha/ se não crescer incrustado/ no sonho que se fez árvore.”¹⁷ Neste sonho coletivo, não negamos a nossa singularidade, entalhada na tensão entre nossa pessoa humana e a paisagem em que ela se inscreve, todavia, em um uso livre dos versos do poeta maranhense Ferreira Gullar, nas zonas onde coabitam ipês, jequitibás, samaúmas, juazeiros e araucárias “uma árvore está/ em qualquer outra”; quando seus galhos se entrelaçam em ponte, “uma árvore/ está em qualquer uma de suas folhas/ (mesmo rolando longe dela)”; se dessa ponte se faz história, “uma árvore está num livro/ quando um vento ali a folheia”.¹⁸ Ainda que esse vento traga a estiagem, não desistimos do nosso percurso, talvez com a escuta ao longe da voz-mulher da poeta mineira Conceição Evaristo: “E que venham todas as secas, o homem esperançoso há de vencer.”¹⁹ Assim, vencemos nós, os que sonham e fazem a educação.

Inspirado nessas palavras poéticas dos vários cantos de nosso país, peço licença aos leitores e às leitoras para me exprimir em singular no encerramento desta apresentação. Escrevo este texto como resultado do percurso de um pesquisador que não tem a Educação Profissional e Tecnológica entre seus principais focos de interesse, porém que aprendeu com Paulo Freire a importante lição de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Como egresso do então Cefet-GO e servidor do atual IFG, tenho esta instituição e a Rede que ela integra como larga parte do meu mundo. Pelo caminho da memória, estou a lê-la dia após dia e, nas páginas desta coleção, me junto aos/ às colegas que fazem o mesmo em seu lugar, propondo-se a cultivar conhecimentos e partilhá-los com quem se alimentará destas palavras.

OLLIVER MARIANO ROSA
ORGANIZADOR-GERAL DA COLEÇÃO

¹⁷ MELLO, Thiago de. Sonho domado. In: GOMES, J. *Dez poemas de Thiago de Mello (1926-2022)*. Disponível em: <https://vidasecreta.weebly.com/thiago-de-mello-dez-poemas.html>. Acesso em: 15 ago. 2024.

¹⁸ GULLAR, F. *Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 91-92.

¹⁹ EVARISTO, C. Na esperança, o homem. In: EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2008. p. 55-56.

PREFÁCIO

Estamos em 2024, e as queimadas se disseminam pelo Brasil. Com elas, Amazônia e Pantanal, Cerrado, entre outros biomas, ficam marcados com o rastro de destruição da fauna e da flora. Com as queimadas advém a fumaça, e com ela uma onda de poluição que se espalha pelo Brasil, mas não só pelo Brasil, pois esse efeito não se atém aos limites geográficos definidos pela geopolítica.

A Região Norte, distante dos grandes centros, com diferenças regionais do tamanho de sua geografia, nos remete à finalidade premente da criação da Rede Federal de Educação Profissional: educar pelo trabalho os órfãos, pobres e desvalidos da sorte. E como isto tão bem se coaduna com a nossa região, como denota este depoimento de um dos autores deste prefácio:

Lembro dos idos de 1984 quando ingressei na então Escola Técnica Federal do Amazonas, em Manaus. Aos 14 anos, o sétimo filho de uma família de oito irmãos, em condição de pobreza, foi pelo ensino técnico público, gratuito e de qualidade que tive uma profissão e o primeiro emprego, que me permitiu ingressar numa faculdade de Engenharia, atuar numa grande fábrica e optar por me tornar educador, concluindo mestrado, doutorado e pós-doutorado. Hoje, tenho uma condição de vida digna, que devo a esta minha formação, e sei que essa história se repete várias e várias vezes, felizmente, em toda a nossa rede.

O avanço tecnológico trouxe um certo grau de democratização do acesso à informação, mas também gerou desafios significativos. Essa facilidade muitas vezes resulta em consumo superficial e falta de senso crítico, o que pode limitar a visão analítica e o debate saudável, a busca pela história para a boa compreensão do momento presente e a projeção de um futuro no qual sejamos protagonistas. Nesse sentido, a iniciativa de nos proporcionar a história da Rede Federal, em particular da Região Norte do país, não é somente um resgate de toda a contribuição que esta

tem dado à sociedade, mas a valorização e a perspectiva de futuro dessa contribuição, para que a sociedade a reconheça e a priorize.

Em 2024 comemoramos, com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*, os 115 anos do Decreto-Lei n. 7.566/1909, assinado por Nilo Peçanha, que, após assumir a Presidência em razão do falecimento do então presidente, Afonso Pena, assinou, em menos de três meses, o decreto que estabeleceu a criação de uma escola de aprendizes artífices nas capitais dos então 19 estados do país, o que deu origem à hodierna Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Como um processo histórico vívido, a trajetória da Rede transcorreu com várias mudanças, passando pela Lei n. 4.024/1961, que, ao estabelecendo a primeira Lei de Diretrizes e Bases brasileira, reconheceu os cursos profissionalizantes como aptos para o ingresso nos cursos superiores, e pela Lei n. 5.692/1971, que instituiu o ensino de 2º grau e tornou obrigatória a Educação Profissional Tecnológica (EPT) para desenvolver as potencialidades do alunado, qualificá-lo para o mundo do trabalho e prepará-lo para a cidadania. Daí em diante várias foram as legislações educacionais que versaram sobre a EPT.

Findava o ano de 2008, e em 29 de dezembro o ministro Fernando Haddad e o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinavam a Lei n. 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs) em todo o Brasil. Para além dos IFs, a Rede Federal é formada pelos centros federais de educação tecnológica, pelas escolas técnicas vinculadas às universidades federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e pelo Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Na Região Norte, em 1909, foram criadas apenas duas escolas de aprendizes artífices: em Belém/PA, implantada em 1º de agosto de 1910, e em Manaus, em 1º de outubro de 1910. Ambas em espaços cedidos pelo governo do estado, a quem à época competia o ensino profissionalizante. No artigo 5º, da lei de fins de 2008, são enumerados os 38 IFs então criados, entre eles o Instituto Federal do Acre, o Instituto Federal do Amapá, o Instituto Federal do Amazonas, o Instituto Federal do Pará, o Instituto Federal de Rondônia, o Instituto Federal de Roraima e o Instituto Federal

do Tocantins. Na região, somos sete estados e igualmente sete IFs. Em outras regiões do país há mais de uma instituição por estado.

Este quinto volume apresenta um capítulo para cada um desses sete institutos. Majoritariamente, os textos apresentam uma abordagem qualitativa, tratando, por intermédio de uma revisão bibliográfica-documental, da historicidade e da institucionalização; do desenvolvimento histórico e dos impactos da implantação; das conquistas e dos desafios enfrentados no Acre, no Amapá, no Amazonas, no Pará, em Roraima, em Rondônia e no Tocantins nestes 15 anos da Rede Federal, que, na relação com os 100 anos anteriores, busca superar a dualidade historicamente existente na Educação Profissional e Tecnológica.

Em textos sucintos os autores de cada capítulo nos possibilitam conhecer mais detalhadamente a variedade de cursos ofertados em cada IF, que incluem desde o ensino técnico e tecnológico até a educação superior, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Para além do ensino, os IFs se empenham na realização de ações e projetos de pesquisa e extensão, contribuindo para a integração com a comunidade local, ampliando o acesso à educação de qualidade para diversas comunidades ribeirinhas e isoladas, além de promover o desenvolvimento socioeconômico em âmbito local, regional e nacional, ligado às políticas educacionais da Rede Federal no país.

Com cada um dos seus câmpus e a integração com a reitoria, cada IF é reconhecido como uma instituição que atende às necessidades locais e entrega uma educação de qualidade para todos, demonstrando os avanços com vistas ao desenvolvimento sustentável. É um lugar de conhecimento técnico-científico e de valorização da cultura regional e nacional.

Este volume não se pretende como registro definitivo destes 115 anos, mas uma aproximação, um ponto de contato capaz de, registrando o compromisso dos IFs com a educação pública de qualidade, com a formação de trabalhadores e com o fortalecimento do setor produtivo, estimular leituras e pesquisas futuras, assinalando que cada câmpus de um IF é uma oportunidade singular de acesso a uma experiência educacional e formativa de qualidade, crítica e transformadora, a qual se posiciona, no cenário amazônico, como indutora da cidadania, dos direitos humanos e da sustentabilidade.

Estamos em 2024. Na capa deste quinto volume da coleção *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*, temos a imagem da samaumeira, a árvore sagrada da Amazônia, a árvore da vida, vida que os IFs disseminam em todo o território nacional, como apregoa a lei de sua criação, com a educação superior, básica e profissional, em uma atuação pluricurricular e multi-câmpus, especializada na oferta de formação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, educando a todos numa formação humana omnilateral e politécnica, em prol do desenvolvimento cidadão e social. Assim pode-se evitar que a fauna e a flora do nosso país sejam queimadas, e fazer com que elas floresçam, pois, como nos diz Paulo Freire, patrono da Educação brasileira: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

JOSÉ PINHEIRO DE QUEIROZ NETO

ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA

PROFESSORES DOUTORES DO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

APRESENTAÇÃO

Nossos rios carregam histórias
mais profundas que as águas.

Dalcídio Jurandir¹

O volume cinco desta coleção nos apresenta em sua capa uma árvore imponente da região amazônica, a samaumeira (*Ceiba pentandra*) – “rainha das matas” ou “árvore da vida”. Fundamental para comunidades ribeirinhas, ela é utilizada em construções e como matéria-prima para diversos artefatos. Também é reverenciada pelos povos indígenas, que a consideram sagrada, representando a conexão entre a terra e o céu. Além da flora exuberante, a região amazônica é marcada por sua hidrografia, em especial pelo maior rio em volume de água e extensão do mundo, rio Amazonas, principal artéria hídrica do bioma. À beira dos diversos rios da Amazônia vivem os ribeirinhos, povos tradicionais que utilizam esses cursos d’água como cenários de vida, memória e identidade cultural.

Nesse contexto, o romancista marajoara Dalcídio Jurandir, “menino de beira de rio, do meio do campo, banhista de Igarapé”,² como se intitulava, no trecho da epígrafe desta apresentação retrata com sensibilidade a vida amazônica, mostrando como os rios são elementos essenciais para o cotidiano da região. Os institutos federais também ganharam grande importância na Amazônia, no que diz respeito à sua atuação como ferramenta de transformação social, como veremos a seguir.

¹ Frase frequentemente atribuída a Dalcídio Jurandir, porém não aparece textualmente em sua obra.

² JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos Campos de Cachoeira*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

No dia 23 de setembro de 2024, foram comemorados os 115 anos de atuação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) em prol da redução das assimetrias sociais brasileiras, assimetrias essas que entoam o padrão de desigualdade entre as cinco regiões do nosso país. No ano de 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha criou as 19 escolas de aprendizes artífices, embrião da Rede Federal – instituída em 2008 –, talvez ele não tenha concebido a relevância social que essa tomada de decisão traria para o Brasil, sobretudo para os povos da floresta amazônica e suas metrópoles, situadas na Região Norte.

Atualmente, o Norte do Brasil possui sete institutos federais, chamados abreviadamente – e carinhosamente – de IF, compondo a RFEPCT. Em ordem cronológica de criação, temos IFPA, Ifam, Ifro, IFTO, IFRR, Ifap e o açula, Ifac. Os IF nortistas contam com 75 câmpus distribuídos nesse território de dimensões continentais, ofertando cursos técnicos (integrados ao ensino médio, na educação de jovens e adultos e subsequentes ao ensino médio), cursos superiores (licenciaturas, na área de tecnologia e bacharelados), pós-graduações (especializações, mestrados e doutorados) e cursos de formação inicial e continuada (FIC), entre outras ações, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e polos de educação a distância (EaD).

Ante essa ampla gama de oportunidades de qualificação, os IF têm proporcionado avanços no desenvolvimento local e regional, agregando a formação acadêmica às demandas do mercado de trabalho e propiciando caminhos mais dignos à vida dos seus discentes e das populações em seu entorno – apesar de todas as intempéries orçamentárias governamentais. Nesse cenário, este volume da coleção *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil* dedicou-se a contar um pouco da trajetória histórica dos institutos da Região Norte do Brasil.

Abrindo alas, no capítulo “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará: aspectos históricos”, os professores Raimundo Nonato de Castro, Gleice Izaura da Costa Oliveira e Rosemeri Scalabrin ressaltam a importância da Escola de Aprendizes Artífices e das escolas agrotécnicas de Castanhal e Marabá na educação do Pará. A Escola de Aprendizes Artífices, criada para formar “cidadãos úteis à

nação”, tornou-se Liceu Industrial do Pará durante a Era Vargas. Em 1967, houve um marco importante: passou-se a admitir alunas, após 57 anos de tradição. A expansão do ensino técnico, promovida pelo governo de José Sarney, levou à criação de cursos em Marabá e Altamira. Em 1999, a instituição foi renomeada para Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA). A Escola Agrotécnica de Marabá, por seu turno, foi formalizada pela Lei n. 11.534/2007, resultante de esforços dos movimentos sociais do campo. Em 2008, a criação do IFPA uniu o Cefet/PA às escolas de Castanhal e Marabá.

No segundo capítulo, intitulado “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM: uma instituição que desbrava o Amazonas”, os autores Gyovanni Augusto Aguiar Ribeiro, Maria Stela de Vasconcelos Nunes de Mello, Maria Francisca Morais de Lima e Letícia Alvez da Silva relatam a história do IFAM, que passou por diversas transformações desde sua fundação como Escola de Aprendizes Artífices. Em 1916, sua primeira sede foi instalada provisoriamente na Casa de Detenção de Manaus, e, em 1942, o Lyceu Industrial teve sua sede definitiva inaugurada na Praça Visconde do Rio Branco. Com a criação da Zona Franca de Manaus em 1967, a instituição adaptou seus cursos para atender ao Polo Industrial, oferecendo formações em Eletrônica, Mecânica e Química. A integração com as Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e São Gabriel da Cachoeira consolidou o IFAM, que se expandiu a partir de 2008, destacando o Câmpus de São Gabriel da Cachoeira, voltado ao etnodesenvolvimento das comunidades indígenas. Em 2024 o IFAM continua a promover educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento da Amazônia.

Em seguida, no capítulo “Aproximações à história do Instituto Federal de Rondônia”, Xênia de Castro Barbosa, Lediane Fani Felzke e Mauro Henrique Miranda de Alcântara assinam o capítulo que conta a história do Ifro e destacam a importância da colonização de Rondônia, especialmente após se tornar estado em 1981, na criação de escolas técnicas para impulsionar o desenvolvimento econômico agrícola. A Escola Agrotécnica Silvio Gonçalves de Faria, uma das primeiras a oferecer educação profissional, foi criada quando Rondônia ainda era um território federal e foi encerrada após quase 20 anos. Em 2007, a Escola Técnica Federal de Porto Velho, estabelecida em 1993, foi renomeada

Escola Técnica Federal de Rondônia e, em 2008, integrou-se ao Ifro, que assumiu o câmpus em Ji-Paraná. A Escola Média Agropecuária Regional (Emarc Ariquemes) e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, ambas criadas em 1993, também foram incorporadas ao Ifro. Desde sua criação, a instituição tem desempenhado um papel crucial na mediação de direitos sociais e humanitários, especialmente nas regiões de Porto Velho e Colorado do Oeste, com destaque para a formação técnica e para o apoio a refugiados haitianos e venezuelanos.

O quarto capítulo, “Educação profissional e tecnológica em contexto tocantinense: cenário, história e perspectiva”, é escrito por Marcelo Rythowem, Khellen Cristina Pires Correia Soares, Mary Lúcia Gomes Silveira de Senna, Rivadavia Porto Cavalcante e Weimar Silva Castilho e narra a história do Instituto Federal do Tocantins (IFTO). A expansão da educação profissional no estado ocorreu com a unificação da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), criada em 1985 e transformada em autarquia federal em 1993, e da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF/Palmas), fundada em 1993 e inaugurada em 2003. O IFTO foi criado em 2008, integrando essas instituições, e seu Câmpus Paraíso do Tocantins, que, inaugurado em 2007, é resultado da federalização do Centro de Educação Profissional de Paraíso. O Câmpus de Porto Nacional surgiu para atender às demandas locais em logística, enquanto o Câmpus Araguaína, criado em 2009, se destacou na área da saúde, oferecendo cursos técnicos e superiores. Esses câmpus fortalecem o papel do IFTO na formação de profissionais qualificados e no desenvolvimento socioeconômico do Tocantins.

No capítulo cinco, “IFRR: memórias e relatos – o percurso da instituição”, os autores Marcos Antônio de Oliveira, Amarildo Ferreira Junior, Edvaldo Pereira da Silva, Leila Marcia Ghedin e Silvana Menezes da Silva narram a história do Instituto Federal de Roraima (IFRR), localizado no extremo norte do Brasil. A criação da Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR) em 1986, por meio da Lei n. 7.518, marcou o início do ensino técnico no estado, que até então não contava com educação superior. Em 1993, a ETFRR foi recriada pela Lei n. 8.670 e transformada em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet/RR) em 1998, sob a coordenação do professor Emanuel Moura. O Cefet/RR, implantado oficialmente em 2002, enfrentou desafios para oferecer cursos

superiores, mas conseguiu fortalecer a pesquisa científica e tecnológica, o que culminou no lançamento da *Revista Norte Científico* em 2006, a fim de promover a divulgação acadêmica. Em 2008, com a Lei n. 11.892, a instituição se tornou o IFRR, expandindo-se com a criação dos câmpus Amajari, em 2010, e Boa Vista Zona Oeste, em 2016.

No sexto capítulo, “Historicidade e institucionalidade do Instituto Federal do Amapá (IFAP)”, os autores Darlene do Socorro Del-Tetto Minervino, Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães e Romaro Antonio Silva relatam a história do IFAP. O Amapá se integrou à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) em 2007 com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP), estabelecida pela Lei n. 11.534/2007, já que antes o estado não possuía instituições técnicas federais. Em 2008, a ETFAP foi transformada no IFAP pela Lei n. 11.892/2008, com a primeira unidade instalada em Macapá. Em 2010, o IFAP operou com dois câmpus: Macapá e Laranjal do Jari, ambos com profissionais contratados por concurso público, e atualmente possui sete câmpus. Em 2024, será inaugurado um novo câmpus em Tartarugalzinho, com um investimento estimado de R\$ 25 milhões, gerando 1.400 vagas e fortalecendo o desenvolvimento educacional da região dos lagos do estado.

Fechando este quinto volume, temos o capítulo “Instituto Federal do Acre: um olhar sobre 14 anos de história”, assinado por Rosana Cavalcante dos Santos e Henry Antônio Silva Nogueira. O IFAC foi criado em 29 de dezembro de 2008 pela Lei n. 11.892, a partir da conversão da Escola Técnica Federal do Acre. As atividades do IFAC começaram em colaboração com a Universidade Federal do Acre e governos locais, que forneceram espaços físicos para os primeiros câmpus. Em 2010, a instituição realizou seus primeiros concursos públicos e a posse dos primeiros 72 servidores ocorreu em 21 de junho desse ano. Em 2015, o IFAC consolidou seus cursos e foi sede do 10º Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (Connepi). Apesar do incêndio no Câmpus Cruzeiro do Sul em 2020, a instituição se destacou no ranking IES Empreendedoras em 2023 e, em 2024, foi anunciado um novo câmpus em Feijó, consolidando sua trajetória de crescimento no Acre.

Após esta breve pincelada na história dos IFs do Norte do Brasil, faço o convite aos leitores para compreenderem como a educação

profissional e tecnológica oferecida pelos institutos federais desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável da região amazônica. Ao proporcionar formação técnica de qualidade, esses institutos capacitam a população local para atender às demandas específicas dessa região, como o manejo sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento da economia regional.

Boa leitura!

PROF. ME. RAIMUNDO ADALBERTO PACHECO DE PINHO
ANA CAROLINA CHAGAS MARÇAL
GLEICE DO SOCORRO BITTENCOURT DOS REIS
JESSICA REJANE LIMA
ORGANIZADORES